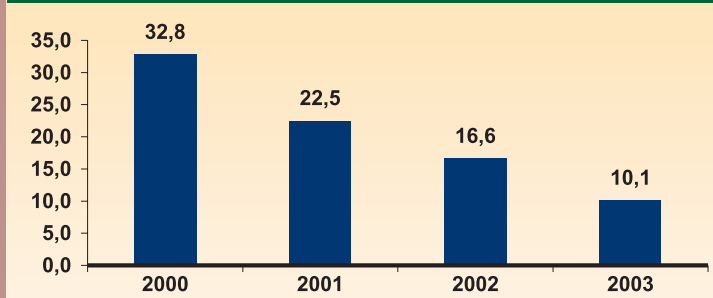
Retomada dos investimentos

Senado debate projeto das Parcerias Público-Privadas

Com um atraso na votação de quase um ano em relação ao cronograma traçado pelo governo, o Senado Federal debate o projeto das Parcerias Público-Privadas. Trata-se de um dos instrumentos-chave e da principal alternativa com que o governo conta para enfrentar a escassez de recursos para financiar obras de infra-estrutura. Os investimentos públicos estão em processo dramático de redução, de acordo com os valores levantados pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda.

Investimentos estrangeiros diretos (US$ bilhões)



Fonte: BACEN

Com efeito, o resultado de 2003 atingiu o nível mais baixo apurado desde 1984. A série mostra que os melhores anos, em termos de investimentos públicos, foram 1987, em pleno governo Sarney, e 2001, o ano do apagão de energia elétrica, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O levantamento não contabiliza os investimentos feitos pelas empresas estatais, como a Petrobrás, nem com o dinheiro de empréstimos externos ou o arrecadado pelo FGTS. A sua fonte de recursos está nos tributos federais previstos a cada ano no Orçamento da União.

Desde 1998, submetido ao cumprimento das metas fiscais para dar equilíbrio ao orçamento, as áreas mais prejudicadas com os cortes governamentais foram: a recuperação e manutenção de rodovias, e as obras de saneamento. Isso não é possível nos gastos com o pagamento de salários, de juros ou de transferência a Estados e Municípios; o que é interessante, porque os investimentos, além de não serem os grandes consumidores de recursos, constituem a parte mais visível das ações do governo.

Nos debates no Congresso, existem muitas críticas sobre a qualidade e a eficiência dos gastos públicos no Brasil. Nos últimos dez anos, as receitas com impostos e contribuições praticamente dobraram. Esse recurso adicional não foi para os investimentos imprescindíveis para o crescimento do País.

Outro ponto em discussão se refere à formulação jurídica da lei das PPPs, já que ainda não foi encontrada uma fórmula consensual. Na questão dos temas sobre os limites da participação e de controle do BNDES e dos fundos de pensão, estão também os critérios de escolha dos empreendedores na licitação. Da mesma forma, discute-se como proteger os acionistas minoritários.

Mesmo dispondo de um grande mercado e de excelentes potencialidades no seu agronegócio, sem considerar o virtual crescimento do Produto Interno Bruto deste ano, o Brasil pode não ser um chamariz suficiente para a entrada de mais investimentos estrangeiros diretos no País. A atenção para com a falta de credibilidade e transparência nos marcos regulamentares é fonte de ameaça aos novos investimentos, sobretudo, aqueles dirigidos para a infra-estrutura.

É bem verdade que o Governo se esforça em transmitir segurança externa. Novas regras foram anunciadas para as agências reguladoras. A intenção é que os seus futuros diretores gerais tenham estabilidade nos cargos pelo período de quatro anos. Uma parcial coincidência com os mandatos do Presidente evita que eventuais mudanças no poder executivo não exerçam uma influência direta na condução política das agências. Outra questão que é foco de crítica diz respeito à autonomia do Banco Central, cuja legislação ainda não foi votada. O mesmo é válido para a Lei de Biossegurança, de crucial importância para o progresso tecnológico do agronegócio. ■

Receita, gastos e transferências públicas

	Receita			Gastos e transferências					
Ano	Impostos	Contribuições	Total	Pessoal	Juros	Investimento	Estados e municípios	Benefícios previdenciários	Total
1980	108,6	4,8	113,4	13,7	6,7	10,0	12,3	9,9	52,6
1984	88,6	25,8	114,4	9,9	3,7	6,1	22,1	8,2	50,0
1988	105,0	25,8	130,8	18,9	38,3	18,9	37,2	14,4	127,7
1992	85,9	97,7	183,6	55,6	27,5	15,5	36,6	83,2	218,4
1996	120,8	178,0	298,8	92,3	44,0	12,9	57,9	93,6	300,7
2000	125,0	222,0	347,0	92,5	61,7	16,0	81,9	102,8	354,9
2003	124,0	243,4	367,4	85,0	70,7	6,9	86,3	116,8	365,7

Corrigidos pelo IGP/DI. Fonte: STN